

DEFESA DA UNIVERSIDADE

Entidades do campus se reúnem com reitoria para discutir pauta conjunta de defesa da Universidade Pública

Anuncio de contingenciamento do governo Doria vai impactar toda a instituição e comprometer a autonomia universitária



Representantes do STU, ADunicamp e DCE seguem orientação das entidades nacionais de educação de criar fórum em defesa da Universidade Pública

No último dia 24 aconteceu uma reunião entre as entidades (STU, ADunicamp e DCE) e a reitoria.

Na pauta estava a construção de um fórum em defesa da universidade frente aos ataques dos governos, com o seguintes eixos: mais verbas e a defesa da autonomia universitária.

Todas as entidades manifestaram a importância dessa defesa, sem que haja prejuízo das pautas de cada segmento.

As entidades cobraram do reitor ações na Unicamp que fortaleçam a autonomia e a importância de buscar apoio na sociedade para defesa da universidade. Indicaram também que essas ações fossem debatidas no Cruesp, já que Knobel assumirá a presidência do órgão.

Como parte de uma agenda da autonomia conquistada em 1989, que completa 30 anos, é preciso promover debates que cumpram o papel de afirmação dessa conquista e sua importância para USP, Unicamp e Unesp. Também denunciar a política de asfixiação das universidades pelo financiamento que já tem como consequência o não pagamento do 13º aos trabalhadores da Unesp.

A discussão terá continuidade com as entidades apontando uma agenda e a

forma como será estruturado um fórum para tratar dessa luta, conforme orienta as entidades nacionais de educação, entre elas, a Fasubra.

Reitor reafirma a defesa da inclusão

Após o Ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodriguez, declarar ao jornal Valor que "As universidades devem ficar reservadas para uma elite intelectual, que não é a mesma elite econômica [do país]" e ainda completou "A ideia de universidade para todos não existe", o reitor divulgou artigo no portal da Unicamp contestando as declarações e defendendo que a visão adotada na Unicamp é completamente diferente. "Estamos no caminho oposto. Ampliamos nossas formas de acesso porque acreditamos que as universidades públicas devem procurar uma representação da sociedade dentro delas, além de dar oportunidade para quem não tem, simplesmente porque nasceu em determinado local ou com uma determinada cor da pele", afirmou Knobel.

A diretoria do STU sempre defendeu a unidade das entidades como forma de lutar por uma Educação Pública, gratuita e socialmente referenciada.

CARREIRA

No final de janeiro, a reitoria respondeu ao ofício enviado ano passado pelo STU questionando a divulgação da lista dos funcionários que não foram contemplados e dos que ficaram fora dos critérios de promoção na carreira. A chefia de gabinete da reitoria e a DGRH informaram que, assim que ficar pronta a listagem será encaminhado ao Sindicato.

Neste ano, cerca de 1800 funcionários foram contemplados com uma referência a partir da fórmula aprovada em reunião da CAD e implementada pela reitoria, que serviu para dividir os trabalhadores, conforme denunciado no último Boletim do STU.

Ainda há muitos questionamentos sobre a lista dos aprovados e dos vetos propostos, principalmente quanto ao descaso com as unidades que não tiveram nenhuma participação na definição dos critérios.

O STU cobra da reitoria que suas decisões sejam pautadas na transparência, na democratização dos acessos e respeito aos trabalhadores, especialmente quando os processos em relação à carreira e aos recursos encaminhados pela administração em 2018 sequer abriram espaço para a participação das CSA's.

ICMS teve crescimento nominal de 6,5% em 2018.

Já o aumento real foi de 3,40%, de acordo com a Fipe/USP

A arrecadação de ICMS teve um crescimento nominal em 2018 de 6,5% sobre o mesmo período de 2017. Descontado a inflação Fipe/USP do ano, resultou num crescimento real de 3,40%.

O ano fechou com R\$ 100,563 milhões e a previsão inicial feita pela Aeplan era de R\$ 97,9 milhões, ou seja, bem abaixo do realizado.

O reajuste concedido na data-base foi de apenas 1,5%, isso significa que os salários não foram prioridades da gestão Knobel, que preferiu priorizar o custeio da universidade em detrimento da valorização dos recursos humanos.

Na segunda revisão de orçamento a Unicamp admitiu trabalhar com ICMS de R\$ 100,269 milhões o que gerou um excedente de arrecadação para a promoção nas carreiras. Como o ICMS ficou ainda maior, na terceira revisão, de

fechamento do ano, será gerado um novo excedente referente à arrecadação para a promoção da carreira.

Durante a data-base, o STU afirmou que a arrecadação superaria a expectativa lançada pela reitoria, que preferiu jogar os números para baixo para aumentar o comprometimento do orçamento com a folha de pagamento e assim gerar o argumento para não reajustar nossos salários.

Destacamos que o item 4 do *Ofício GR 165/2018*, que trata do acordo da Pauta Específica, reitera que “10% do excedente (sobre previsto na PDO) da arrecadação do ICMS em 2018, descontados o reajuste de 1,5% e o aumento no auxílio alimentação, seja destinado às carreiras (docentes, funcionários e pesquisadores) de modo anualizado a partir da segunda revisão orçamentária”.

Promoção desigual

Ao contrário da proposta apresentada pelo STU junto com as CSA's, de conceder uma referência para todos, o reitor decidiu criar o IAC (Índice de Desachatamento) que promoveu a divisão dos funcionários.

Tendo em vista o saldo de R\$ 3.056.931,32 milhões não utilizado, de 1º de outubro a 31 de dezembro de 2018, somados aos R\$ 322.782,62, do excedente da terceira revisão orçamentária, o STU propõe que esses recursos sejam aplicados na promoção de funcionários que foram excluídos pelo IAC.

Na semana passada, a diretoria do Sindicato enviou ofício à reitoria cobrando a utilização desses recursos para reparar as desigualdades causadas aos trabalhadores no processo da carreira.

Nota do STU em solidariedade à população de Brumadinho

Ainda sem ter os devidos esclarecimentos e apuração do que ocorreu em Mariana, agora em Brumadinho mais um triste episódio que, além do prejuízo ambiental, vem acompanhado pela perda de centenas de vidas em mais uma tragédia anunciada pelo descaso e o desrespeito da Vale.

A Vale do Rio Doce foi criada em 1942, no governo Getúlio Vargas, com recursos do Estado para fortalecer o processo de industrialização do país e explorar as riquezas minerais.

A privatização da Vale do Rio Doce na onda neoliberal do governo FHC foi um dos maiores escândalos. Entregou-se um patrimônio fundamental para o país e uma empresa que junto com a Petrobrás, cumpria um papel para toda sociedade

brasileira. Ela ocorreu em 1997 e apesar da luta e mobilização de vários movimentos sociais contra a privatização, inclusive o STU e FASUBRA, ela foi entregue.

A Vale privatizada passou a visar somente o lucro e os interesses dos seus acionistas, apesar de explorar riquezas que estão presentes no subsolo brasileiro.

Os acontecimentos de Mariana e agora com mais gravidade em Brumadinho, ambos em Minas Gerais, demonstram o quanto essa política do lucro fácil não está comprometida com a segurança dos trabalhadores, com a população local, com o meio ambiente e com a vida.

O STU se solidariza com todos que vivem a dor da perda de parentes, amigos e colegas de trabalho. Entende que é momento de apurar e apontar os

responsáveis por mais esse crime. Solidariza-se também com os trabalhadores da Vale e exigirá que os trabalhadores e a população sejam devidamente indenizados por todos os prejuízos.

Condena, mais uma vez, o discurso daqueles que através de reformas como a trabalhista e previdenciária querem continuar retirando direitos dos trabalhadores. O golpe da reforma trabalhista já tem implicações diretas sobre os trabalhadores vítimas de Brumadinho que podem ter indenizações reduzidas por uma reforma que só beneficiou os patrões.

Continuaremos lutando por uma Vale pública, que respeite o meio ambiente e que sirva aos interesses do país e da população.

Governador Doria corta verbas das Universidades Públicas Estaduais

Uma das primeiras decisões do governador Doria foi atacar as universidades públicas estaduais através do contingenciamento de verbas. Essa limitação de investimento é baseada na falsa estimativa de que a arrecadação financeira será insuficiente para cobrir as despesas das instituições.

A medida representa um corte de aproximadamente R\$ 40 milhões no orçamento da Unicamp, precarizando

ainda mais o seu custeio. Se a situação estava ruim com Alckmin, no governo Doria, tende a piorar. É só lembrar sua passagem pela Prefeitura de São Paulo que, entre outros desmandos, promoveu o fechamento de dezenas de AMA's (Assistência Médica Ambulatorial), ofereceu “ração alimentícia” como merenda nas escolas públicas e atacou à população em situação de rua com jatos de água e demolição de prédios.

Com a velha conhecida justificativa dada por Doria de “reduzir o custo da máquina pública e aumentar a eficiência da gestão estadual”, para o STU não resta dúvida de que precisamos somar forças e lutar contra essa política de desmonte do serviço público, que impacta não só no funcionamento da Universidade prejudicando a qualidade do serviço prestado, mas na valorização dos servidores.